



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
CEGO DO MAIO

PROJETO TURMA XXI – FORMAÇÃO PARA A VIDA

UMA ESCOLA PARA TODOS

RESUMO

Encaramos o currículo como um projeto em constante transformação, que tendo por referência o currículo nacional, é adequado ao seu público-alvo, os alunos.

No contexto de cada comunidade onde a escola está inserida, a definição das ofertas educativas/curriculares assume maior pertinência, podendo contemplar componentes locais e regionais do currículo, valorizando as características de cada região e, sobretudo, engrandecer os talentos dos alunos, de acordo com as suas especificidades individuais.

A reflexão, realizada em torno das dificuldades que muitos alunos têm em realizar as aprendizagens previstas no currículo oficial, deu origem a uma questão central: Que alternativa ao currículo regular no ensino básico?

Como resposta à questão inicial, apresentamos uma proposta alternativa ao currículo regular do ensino básico, que procura diversificar a oferta.

Palavras-chave: Currículo; Descentralização; Diversidade; Diferenciação curricular.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	6
PLANO DE AÇÃO	7
1 Caracterização da oferta	9
2 Condições de acesso	9
3 Orientação	9
4 Esboço do Plano de Estudos	10
5 Agrupamento dos alunos	12
6 Regime de avaliação e Progressão	13
7 Mecanismos de apoio aos alunos	14
8 Coordenação	16
9 Monitorização do projeto	17
Bibliografia	18
Referências Normativas	21

INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto que o nosso país defende a inclusão de todos na sociedade, torna-se importante que a escola assuma a responsabilidade de ser para todos, viver com todos e a todos proporcionar condições para a formação pessoal e social e para o sucesso escolar. Assim a escola deve promover a aceitação das diferenças entre os alunos, que passe pelo desenvolvimento de ações educativas flexíveis e ajustadas às características dos grupos de alunos que frequentam atualmente a escola, reconhecendo e valorizando a diversidade.

A inclusão de alunos num Curso de Educação e Formação é à partida uma medida de combate à exclusão escolar e social mas, tal conjuntura pode ser causadora de sentimentos de discriminação, uma vez que pelo seu percurso académico estes alunos são frequentemente alvo de rejeição, revelando sentimentos de baixa autoestima e falta de empenho. Perante este facto, esta oferta educativa será uma verdadeira alternativa ao currículo regular do ensino básico, ou uma forma de promover o sucesso educativo através da exclusão destes alunos para dentro da escola? Como construir uma oferta educativa paralela ao currículo regular do ensino básico, que promova o sucesso educativo, baseado na inclusão e na mitigação das desigualdades?

Estudamos formas de diversificação curricular e a sua importância na diversidade cultural, económica e social da escola para a obtenção do sucesso com um ensino de qualidade.

Analizamos ainda, as questões relacionadas com as políticas de descentralização e a autonomia da escola.

Apresentamos um plano ação, no âmbito de uma oferta curricular alternativa ao ensino regular.

PLANO DE AÇÃO

Apesar da evolução e das profundas transformações verificadas no sistema educativo português, a escola ainda continua a confrontar-se com algumas dificuldades, na sua tentativa encontrar respostas adequadas aos discentes.

Este projeto insere-se, precisamente, no esforço de procura dessas respostas e o plano de ação que seguidamente se apresenta fundamenta-se no conjunto de ideias seguintes:

- Exige-se hoje à escola que esta seja enérgica e competitiva, mas que seja, acima de tudo, uma escola em que todos aprendam.

- No enquadramento das políticas educativas, a diversidade da oferta educativa partindo do currículo nacional deve existir para satisfação de necessidades locais e/ou regionais, constituir-se enquanto formação que promova o desenvolvimento de competências para as profissões, diversificada em que, pela diversidade de percursos, se orientam os alunos para o sucesso educativo, sem se verificarem quaisquer formas de discriminação e condenação que muitas vezes contribuem para a exclusão e abandono escolar.

- A diversificação/diferenciação curricular não deve ser uma opção direcionada só para alunos que se enquadram no insucesso e abandono escolares, deve estar disponível e contribuir para o sucesso educativo de todos os alunos.

- É urgente que se estabeleça na escola uma oferta curricular alternativa que procura soluções ajustadas à diversidade de casos que não se revejam no ensino regular. Uma oferta com carácter mais prático, ou seja, fazer para compreender, experimentar para colocar questões e pesquisar para encontrar respostas.

- É necessário que os alunos percebam que existe uma proposta diferente que vai ao encontro das suas características, num enquadramento social e com práticas que desenvolvam competências à sua integração numa via profissional.

- A escola tem de obrigatoriamente esboçar intervenções adequadas, com vista ao sucesso de todos os discentes, recorrendo a estratégias diversificadas e a metodologias ativas e participativas, através de projetos inovadores com o propósito de os capacitar para enfrentar com sucesso o percurso imediato, designadamente a integração num curso profissional e mais tarde no mundo do trabalho, partindo das suas capacidades. Para que isto aconteça é necessário reunir a energia de todos os atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. É importante uma forte articulação entre a escola e a família, a forma como se desenvolve a relação professor-aluno e ainda a consolidação, e o envolvimento da comunidade educativa, bem como a forma de trabalho entre os diferentes professores.

- De extrema importância é o relacionamento entre o professor e os alunos, e a forma como aquele seduz a atenção destes. Se o docente tem expectativas negativas em relação ao discente, torna a aula incómoda e propicia o desenvolvimento de mecanismos que vão afetar a auto-imagem do aluno, quer a sua vontade pelo trabalho escolar, assim como, o seu rendimento escolar. Muitas vezes surgem conflitos que degradam o ambiente da aula e destroem a possibilidade da construção de um clima favorável à aprendizagem. A aprendizagem só acontece se o ambiente de sala de aula manifestar uma disciplina consciente e motivadora. Só com uma colaboração entre o professor e o aluno é possível contribuir para o sucesso dos alunos.

De acordo com estas perspetivas, entendemos ser pertinente oferecer o mais precocemente possível aos alunos que se identificam com um ensino mais prático e que desenvolva competências para as profissões, uma oferta curricular educativa sem qualquer restrição de acesso, planeada com áreas vocacionais, que permitam o prosseguimento de estudos pela via profissional, prevenindo deste modo o insucesso e abandono escolares, possibilitando também o acesso ao ensino superior. Uma oferta com carácter promotor do sucesso escolar que permita a substituição das ofertas alternativas com carácter remediativo ao insucesso escolar.

1 Caracterização da oferta

Esta oferta educativa insere-se no âmbito de uma diversificação como alternativa ao currículo regular do ensino básico. Pretendemos que a escola ofereça uma opção no 3º ciclo do ensino básico a todos os alunos que desejem um ensino com carácter mais prático, sem qualquer tipo de restrição. Tem como principal objetivo a promoção do sucesso escolar de qualidade, através do desenvolvimento das capacidades, competências, habilidades e talentos dos alunos.

Uma oferta paralela ao ensino regular, que prevê e estimula o prosseguimento de estudos através da via profissional do ensino secundário.

2 Condições de acesso

A oferta alternativa ao currículo do ensino regular destina-se a todos os alunos que concluem o segundo ciclo e que procurem uma alternativa paralela ao ensino regular, com um carácter mais prático e que desenvolve competências para o ensino profissional.

É essencial proporcionar uma alternativa curricular, para que os alunos concluem pelo menos o terceiro ciclo, dentro da escolaridade obrigatória.

O acesso dos alunos a esta oferta tem por base um processo de avaliação vocacional a desenvolver pelos serviços de psicologia e orientação, que mostre ser esta via adequada aos projetos de vida dos alunos.

3 Orientação

Numa fase, inicial os Serviços de Psicologia e Orientação deverão reunir com os Encarregados de Educação e alunos que, previamente,

manifestem interesse em integrar esta oferta alternativa. Este processo reveste-se de objetivos associados à orientação vocacional dos jovens, procurando explorar interesses, aptidões, recursos internos e externos e expectativas que fundamentem a opção por esta alternativa. Do mesmo modo, pretende esclarecer sobre as características da oferta em causa, sobretudo no que concerne às possibilidades que se lhes oferece finda a conclusão do percurso alternativo.

Avaliará se esta via vocacional é a mais adequada aos alunos em causa, procurando orientá-los de acordo com as suas expectativas e projetos de vida.

4 Esboço do Plano de Estudos

A oferta alternativa do ensino básico terá uma matriz curricular organizada por disciplinas que se estruturam por tempos letivos semanais. Procuramos desenvolver uma metodologia que permita não apenas relacionar conteúdos intelectuais, mas também conectá-los com atividades práticas e habilidades. Uma metodologia de ensino-aprendizagem que favoreça o tratamento da diversidade de alunos dentro de um nível educativo ou de um mesmo grupo.

O total de horas de cada disciplina será distribuído de forma equitativa por três anos letivos.

O plano de estudos é constituído pelas seguintes componentes de formação:

a) Geral, que integrará as disciplinas de Português Aprendizagens Essenciais, Matemática Aprendizagens Essenciais, Inglês, Educação Física e Tecnologias da Informação e Comunicação;

b) Complementar, que integrará as áreas de Ciências Sociais e de Ciências Naturais e do Ambiente, em que a oferta será estudada pela escola tendo em conta as características dos alunos que integrarão a alternativa;

c) Vocacional (em regime de par pedagógico), que integrará projetos que incitem os alunos a mobilizar seus conhecimentos e atividades/conhecimentos vocacionais através de um ensino das artes e pela arte e tecnologia, com o sentido de desenvolvimento de aptidões e talentos dos alunos, assim como o desenvolvimento de competências analíticas e críticas da envolvência. Competências estas que permitirão ao aluno uma abordagem capaz e autónoma na resolução de problemas do seu quotidiano social e profissional. Numa sociedade que necessita cada vez mais de trabalhadores criativos, flexíveis, adaptáveis e inovadores, os sistemas educativos têm de evoluir de acordo com estas novas necessidades. A Educação Artística permite dotar os alunos destas capacidades, permitindo-lhes que se expressem de forma analítica e crítica em relação ao mundo que os rodeia e participar ativamente nos vários aspetos da existência humana.

O ensino pela arte e tecnologia deve redescobrir os recursos circundantes e aproximar-se das Universidades, Politécnicos, Museus, Galerias de Arte, Centros Culturais, Fundações, Autarquias, Empresas, Oficinas, Ateliês, Artistas, Artesãos... Todos eles poderão ter um papel relevante na conceção e concretização de projetos.

OFERTA ALTERNATIVA AO CURRÍCULO REGULAR: MATRIZ CURRICULAR				
Disciplinas		7º Ano	8º Ano	9º Ano
Componente Geral	Português Aprendizagens Essenciais	4 (200 min.)	4 (200 min.)	4 (200 min.)
	Inglês	3 (150 min.)	3 (150 min.)	3 (150 min.)
	Matemática Aprendizagens Essenciais	3 (150 min.)	3 (150 min.)	3 (150 min.)
	Educação Física	2 (100 min.)	2 (100 min.)	2 (100 min.)

	TIC	2 (100 min.)	2 (100 min.)	2 (100 min.)
SUBTOTAL		14 (700 min.)	14 (700 min.)	14 (700 min.)
Componente Complementar	Oferta Escola A*	4 (200 min.)	4 (200 min.)	4 (200 min.)
	Oferta Escola B*	3 (150 min.)	3 (150 min.)	3 (150 min.)
SUBTOTAL		7 (350 min.)	7 (350 min.)	7 (350 min.)
Componente Vocacional	Artes e Tecnologia	10 (500 min.)	10 (500 min.)	10 (500 min.)
SUBTOTAL		10 (500 min.)	10 (500 min.)	10 (500 min.)
Formação Cívica		1 (50 min.)	1 (50 min.)	1 (50 min.)
TOTAL		32 (1600 min.)	32 (1600 min.)	32 (1600 min.)

* Oferta a definir pela escola tendo em conta as características dos alunos que integrarão a alternativa, por exemplo: Sociedade e Cidadania; Cidadania e Desenvolvimento; Saúde e Ambiente.

5 Agrupamento dos alunos

Deve-se promover uma reflexão sobre número de alunos por turma, de modo a que os docentes possam fazer uma verdadeira diferenciação na sala de aula, tendo como referência um número máximo de 20 alunos.

A escola no âmbito da sua autonomia pode efetuar desdobramentos da turma na componente vocacional.

6 Regime de avaliação e Progressão

No início deverá proceder-se um diagnóstico sumário dos alunos, tendo em vista a caracterização da turma, a aferição dos conhecimentos adquiridos pelos alunos e as suas necessidades e interesses, a fim de a equipa pedagógica poder delinear de uma forma mais equilibrada o plano de estudos a lecionar, as estratégias a utilizar, as formas de diferenciação em sala de aula e/ou acompanhamento de cada aluno.

A estrutura curricular deve promover a flexibilidade e respeito pelo ritmo individual de aprendizagem do aluno e permite a adaptação às circunstâncias e dinâmicas internas da escola. O ritmo de progressão no plano de estudos é sobretudo determinado pelas aprendizagens realizadas por cada aluno e não por uma regra oficial que diz que todos progridem ao mesmo ritmo e são classificados no mesmo momento. A progressão faz-se de acordo com o ritmo próprio impelido pelos ambientes de aprendizagem, no sentido de provocar um ritmo de desenvolvimento. A progressão tem em conta não só o ritmo próprio de cada aluno, como também os interesses, as motivações ligadas à sua vida social e profissional presente e futura. O aluno é assim responsável pelo seu percurso formativo, isto exige uma nova forma de organizar os espaços educativos enquanto espaços de formação, novas práticas de ação pedagógica, novas relações, novas atitudes, novos papéis para professores e alunos.

É importante avaliar o produto de ensino-aprendizagem através da observação de mudanças comportamentais, mas também, e fundamentalmente mudanças qualitativas, que entram no terreno das atitudes, dos valores e das crenças. A avaliação formativa estimula o sucesso educativo de todos os alunos, favorece a confiança própria, contempla os vários ritmos de aprendizagem e a progressão é o garante da qualidade da formação. A avaliação formativa é contínua e sistemática permitindo ao professor e ao aluno obter informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens, com vista ao

ajustamento de processos e estratégias. A avaliação sumativa é realizada no final de cada período.

Além das avaliações: diagnósticas, formativas e sumativas, implementadas em sala de aula pelos professores, os alunos deverão ser globalmente avaliados, no tocante a aspetos académicos e não académicos, como o empenho e o compromisso com a aprendizagem. É muito importante valorizar as atitudes com ênfase em auto-avaliação. A avaliação debruça-se sobre duas dimensões estruturantes da vida de uma comunidade escolar: a avaliação das aprendizagens dos alunos, e a avaliação da organização da formação e dos processos de ensino-aprendizagem. É fundamental a utilização destes instrumentos de apoio à tomada de decisões e consequente alteração ou correção das práticas organizacionais, processuais, pedagógicas, didáticas e avaliativas, sempre no sentido de criar condições para processos de ensino-aprendizagem mais eficazes e, logo, com melhores resultados ao nível do sucesso educativo.

A oferta educativa tem a duração mínima de três anos letivos, e para transitar de ano o aluno terá que ter média positiva em todas as componentes (Geral, Complementar e Vocacional). O aluno só concluirá o 3º ciclo com média positiva em todas as componentes (Geral, Complementar e Vocacional) e aprovação em pelo menos 80% do total das disciplinas no final do 9ºAno.

O regime de assiduidade encontra-se disposto no Estatuto do Aluno e Ética Escolar (Lei n.º51/2012, de 5 de setembro).

7 Mecanismos de apoio aos alunos

Considerando como fundamental a constituição de mecanismos de apoio aos alunos, nomeadamente através dos Serviços de Psicologia e Orientação, propõe-se a constituição de uma equipa técnica composta por dois elementos, um dos quais com formação na área da Psicologia e outro na área da Educação Social.

No âmbito da Psicologia, as atividades desenvolver-se-ão em duas fases. A primeira pretende apoiar na escolha vocacional dos jovens, orientando-os de acordo com as suas expectativas e projetos de vida. A segunda, que decorrerá ao longo de toda a vigência do projeto, desenvolve-se em diversas valências que importa explorar. Para além do acompanhamento psicológico individual dos alunos, o técnico desta área deverá implementar programas de promoção de competências pessoais e sociais em grupo, promovendo a inclusão na comunidade escolar e na comunidade mais alargada, como forma de assegurar a gestão adequada dos conflitos.

Por outro lado, deverá assumir funções de assessoria técnica junto da restante equipa pedagógica, articulando com os diversos interlocutores para uma melhor compreensão dos jovens envolvidos.

Numa lógica de preparação do futuro, são ainda atribuições do técnico na área da Psicologia a preparação e dinamização de atividades de exploração vocacional, como a visitas a empresas nos mais diversos sectores de atividade, a promoção de curtas experiências em contexto real de trabalho e a possibilidade de realizar entrevistas a profissionais, a promoção de técnicas de procura de emprego, a exploração orientada de cursos profissionais disponíveis e das diferentes profissões, a organização de portefólio/curriculum vitae.

No que concerne ao técnico na área da Educação Social, são funções elaborar diagnóstico sociofamiliar e fazer o acompanhamento das famílias dos jovens, nomeadamente ao nível da educação e das competências parentais; possível encaminhamento de determinadas situações de jovens e famílias para outros recursos da comunidade que facilitem um acompanhamento mais integrado e articulado; promover processos de mediação entre diferentes interlocutores e entidades envolvidos no curso; colaborar com a equipa pedagógica na conceção, implementação e monitorização de ações informativas e educativas.

8 Coordenação

O desenvolvimento da oferta é assegurada por uma equipa pedagógica, coordenada pelo diretor de projeto que assumirá também as funções de diretor de turma, a qual integra ainda os professores das diversas disciplinas, profissionais de orientação ou outros que intervêm na preparação e concretização do mesmo. Compete à equipa pedagógica a organização, realização e avaliação da oferta educativa, nomeadamente a articulação interdisciplinar, o apoio à ação técnico pedagógica dos docentes ou outros profissionais que a integram e o acompanhamento do percurso formativo dos alunos, promovendo o sucesso educativo.

A equipa pedagógica reúne, no primeiro período para efeitos de elaboração do plano de turma e planificação do desenvolvimento do currículo, de modo a assegurar uma interdisciplinaridade no tratamento dos projetos desenvolvidos na componente vocacional.

A equipa pedagógica dispõe de cem minutos (dois tempos) semanais, coincidente nos respetivos horários, pelo que reúne, semanalmente para efeitos de coordenação de atividades do ensino-aprendizagem, nomeadamente trabalho cooperativo dos docentes na constante atualização da organização curricular, elaboração/adequação do plano de turma e para a avaliação formativa dos alunos.

O conselho de turma de avaliação reúne, pelo menos três vezes em cada ano letivo, sendo que coincidem com o final dos períodos letivos, para proceder à avaliação sumativa dos alunos.

9 Monitorização do projeto

Todos os projetos necessitam de ser avaliados para aferir o seu grau de eficácia e reagir no sentido de estabelecer as necessárias correções e aperfeiçoamentos. Em qualquer projeto de ensino deve definir-se a forma do seu acompanhamento e monitorização da execução, bem como da sua revisão.

O procedimento de monitorização e avaliação da oferta educativa deve apreciar os objetivos do plano de estudos, as competências esperadas e a avaliação das competências adquiridas pelos alunos. Mecanismos que facilitem uma reflexão em torno da qualidade e inovação desta oferta educativa.

Esta monitorização e avaliação devem ser da responsabilidade interna da escola composta por um Elemento da Direção, um Representante do Conselho Pedagógico e o Coordenador da Equipa Pedagógica, acompanhada por uma equipa de apoio externa com um elemento de ligação à tutela e um elemento de uma instituição do ensino superior especializado em ciências da educação.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, I., & Roldão, M. C. (1989). *A Evolução da Escolaridade Obrigatória em Portugal nos Últimos Vinte Anos*. Em E. L. Pires, *O Ensino Básico em Portugal*. Porto: Col. Biblioteca Básica de Educação Ensino, Edições Asa.
- Araújo, F. (2016). *Tese Mestrado - Que alternativa ao currículo regular no ensino básico?* Porto: Repositório Politécnico do Porto.
- Barreto, A. (2007). Portugal, um retrato social - Um país como os outros: A formação de uma sociedade europeia Vol. 07. Lisboa: Público Edições.
- Barroso, J. (1999). *A Regulação e Autonomia da Escola Pública: o papel do estado dos professores e dos pais*, In *Autonomia das Escolas volume 12*. Inovação.
- Barroso, J. (2006). "A Autonomia das Escolas: Retórica, Instrumento e modo de Regulação da Ação Política". Em *Textos da Conferência Internacional "A Autonomia das Escolas"* (p.23-48). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Bell, J. (2008). *Como realizar um projeto de investigação - trajectos*. Lisboa: Gradiva.
- Benavente, A., Campiche, J., Seabra, T., & Sebastião, J. (1994). *Renunciar à Escola - O Abandono Escolar no Ensino Básico*. Lisboa: Fim de Século Edições.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Carvalho, R. (1986). *História do ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Delors, J., Al-Mufti, I., Amagi, I., Carneiro, R., Chung, F., Geremek, B., et al. (1998). *Educação - Um Tesouro a Descobrir Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. Brasília: CORTEZ EDITORA.
- Delors, J., Al-Mufti, I., Amagi, I., Carneiro, R., Chung, F., Geremek, B., et al. (2010). *Educação - Um Tesouro a Descobrir, relatório para a*

- UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI*. Brasília: Grupo Editorial UNESCO.
- Diogo, F. (2004). O currículo escolar face à diversidade. A gestão flexível do currículo. *Comunicação em Seminário Organizado pela Câmara Municipal de Mangualde*. Mangualde.
- Diogo, F. T. (2008). *Tese de Doutoramento "O Currículo na Democratização da Escola Básica. A Justiça Curricular na Reorganização Curricular do Ensino Básico"*. Porto.
- Educação, C. N. (2013). *O Estado da Educação 2013*. Edição CNE.
- Fernandes, P. (2011). *O currículo do ensino básico em Portugal: políticas, perspetivas e desafios*. Porto: Porto Editora.
- Formosinho, J. (1992). O dilema organizacional da escola de massas. *Revista Portuguesa de Educação, Vol. 5, 3, 23-48*.
- Formosinho, J. (2007). *O currículo uniforme pronto-a-vestir de tamanho único*. Mangualde: Edições Pedagogo.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia 31ª edição*. São Paulo: Paz e Terra.
- Giroux, H. (17 de dezembro de 2010). Qual o papel da Pedagogia Crítica nos estudos de língua e cultura? (M. Guilherme, Entrevistador)
- Leite, C., Gomes, L., & Fernandes, P. (2001). *Projectos Curriculares de Escola e Turma: conceber, gerir e avaliar*. Porto: Edições Asa.
- Levin, B. (2003). Approaches to equity in policy for lifelong learning. A paper commissioned by the Education and Training Policy Division. Em J. Azevedo, Diversificação, equidade e qualidade no ensino secundário na União Europeia. *Seminário IIFE-UNESCO*, (p. 12). Buenos Aires.
- Morrow, R. A., & Torres, C. A. (1998). Jurgen Habermas, Paulo Freire e a pedagogia crítica: novas orientações para a educação comparada. *Revista Educação, Sociedade & Culturas, n.º10, 123-155*.
- Pacheco, J. (1996). *Currículo: teoria e praxis*. Porto: Porto Editora.
- Pacheco, J. (2003). *Escritos Curriculares I*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Pacheco, J. (2005). *Estudos Curriculares - Para a compreensão crítica da Educação*. Porto: Porto Editora.

- Pacheco, J. (2008). Notas sobre diversificação/diferenciação curricular em Portugal. *Revista do Programa de Pós-Graduação em educação*, nº28, Junho/Dezembro.
- Perrenoud, P. (2000). *Pedagogia diferenciada. Das intenções à ação*. S. Paulo: Artmed.
- Perrenoud, P. (2002). *Os sistemas educativos face às desigualdades e ao insucesso escolar: uma incapacidade mesclada de cansaço. Em Duarte, J. B. (dir.) Igualdade e Diferença. Numa escola para todos*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Quivy, R., & Campenhout, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais - Trajectos*. Lisboa: Gradiva.
- Robinson, K. (2011). *O Elemento*. Porto: Porto Editora.
- Rodrigues, M. L. (2015). (Coord.) *40 Anos de Políticas de Educação em Portugal - Volume I - A construção do sistema democrático de ensino*. Coimbra: Almedina.
- Roldão, M. C. (1999a). *Gestão Curricular – Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Roldão, M. C. (1999b). *Os professores e a gestão do currículo - perspectivas e práticas em análise*. Porto: Porto Editora.
- Roldão, M. C. (2003). *Diferenciação Curricular Revisitada. Conceito, discurso e praxis*. Porto: Porto Editora.
- Roldão, M. C. (2005). (Coord.) *Estudos de Práticas de Gestão do Currículo - que qualidade de ensino e de aprendizagem*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Roldão, M. C. (2011). *Um currículo de currículos*. Alpiarça: Edições Cosmos.
- Sacristán, J. G. (2000). *O currículo. Uma reflexão sobre a prática*. S. Paulo: Artmed.
- Sacristán, J. G. (s.d.). *Quien fracassa cuando hay fracasso escolar?* Obtido em outubro de 2015, de Gimeno doc.: <http://www.fracasoescolar.com/conclusions2004/gimeno.pdf>
- Sousa, F. (2010). *Diferenciação curricular e deliberação docente*. Porto: Porto Editora.

- Teodoro, A. (2001). *A Construção Política da Educação, Estado, Mudança Social e Políticas Educativas no Portugal Contemporâneo*. Porto: Edições Afrontamento.
- UNESCO, C. N. (2006). Roteiro para a Educação Artística, Desenvolver as Capacidades Criativas para o Século XXI. *I Conferência Mundial de Educação Artística*. Lisboa: Comissão Nacional da UNESCO.
- Zabalza, M. (2000). *Diversificação curricular como diversificação da oferta formativa*. Obtido em 2 de abril de 2003, de www.dgci.min-edu.pt/revista/revista1/diferenccurricular. Projeto Educativo do Agrupamento, 2013/2016.

REFERÊNCIAS NORMATIVAS

- Decreto-Lei n.º 43/1989, de 3 de fevereiro.
- Despacho n.º 22/SEEI/1996, de 19 de junho.
- Decreto-Lei n.º 115-A/1998, de 4 de maio.
- Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de janeiro.
- Despacho Conjunto n.º 453/2004, de 27 de julho.
- Despacho Normativo n.º 1/2006, de 6 de janeiro.
- Despacho n.º 5907/2017
- Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril
- Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.
- Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho.
- Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro.
- Portaria n.º 292-A/2012, de 26 de setembro.
- Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março.
- Portaria n.º 341/2015, de 9 de outubro.